

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A CONSTRUÇÃO DO OBJETO ECONOMIA
POLÍTICA INTERNACIONAL POR JOSÉ LUÍS FIORI
– UMA ABORDAGEM CRÍTICA**

CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA
matrícula nº: 105047228

ORIENTADORA: Profa. Maria Mello de Malta

DEZEMBRO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A CONSTRUÇÃO DO OBJETO ECONOMIA
POLÍTICA INTERNACIONAL POR JOSÉ LUÍS FIORI
– UMA ABORDAGEM CRÍTICA**

CARLA CURTY DO NASCIMENTO MARAVILHA PEREIRA
matrícula nº: 105047228

ORIENTADORA: Profa. Maria Mello de Malta

DEZEMBRO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

"Eu sustento que a ciência só tem finalidade se servir
para aliviar a miséria da existência humana"

Bertold Brecht

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos companheiros, mestres e amigos do LEMA (Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile), que me acolheram de mente e braços abertos e que foram imensamente importantes e inspiradores em diversos aspectos – através do estímulo ao questionamento e às reflexões, através do incentivo e suporte emocional, material, político e intelectual nos mais variados momentos. Acima de tudo, pelo companheirismo e confiança. Em especial, agradeço à Maria Malta, que ao longo dos últimos tempos não foi somente orientadora, mas acima de tudo, foi mestre e amiga, estimulando o aprimoramento do senso crítico, ajudando a conduzir o crescimento acadêmico, tendo paciência e dedicação nos momentos mais caóticos e corridos do processo de construção desta monografia.

Agradeço aos meus pais, que são minha fonte permanente de amor, valores, segurança e apoio. Agradeço pelo apoio incondicional e irrestrito, através do suporte e incentivo às minhas decisões e desejos, e pelo fato de sempre me manterem com os pés bem firmes no chão, o que me ajuda a poder caminhar com maior propriedade em busca dos meus ideais. E, acima de tudo, por nunca se incomodarem com o imperativo da distância física.

Agradeço aos meus amigos. Amigos que me ajudaram a contornar e superar os momentos de crise e pânico, amigos que sempre falaram o que precisava ser dito (palavras doces e duras), amigos que souberam a hora de abstrair de tudo, amigos que apesar de não fazerem idéia do que eu falava me ouviram e dialogaram, amigos que ajudaram a fortalecer os passos nesta trilha que apenas começa. Enfim, amigos que só por existirem merecem receber gratidão. Por isso, galera da *Comuna*, amigos do Rio que se tornaram uma família, amigos da serra de longa data, amigos inconstantes, amigos economistas, amigos não-economistas, amigos-mestres e pais-amigos: muito obrigada.

Por fim, mas não em menor importância, agradeço aos membros da banca de avaliação desta monografia, Bruno Nogueira Ferreira Borja e Carlos Aguiar de Medeiros, pela disponibilidade e atenção.

RESUMO

A leitura de José Luís Fiori a respeito da Economia Política Internacional é fruto de uma intensa e longa linha de pesquisa cujo objeto de estudo reside nas questões deste campo analítico e teórico. Ao longo deste trabalho busca-se explicitar os elementos que caracterizam esta leitura como uma visão crítica às consideradas tradicionais. O autor em questão se propõe a analisar as relações entre as economias e os Estados nacionais a partir de elementos diferenciados daqueles privilegiados pelas outras abordagens e chega a conclusões teóricas que, em muitos aspectos, diferem das demais.

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – UMA LEITURA ATRAVÉS DO PODER – A VISÃO DE JOSÉ LUÍS FIORI SOBRE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	11
<i>I.1 - Uma leitura histórica pela “janela do poder”</i>	<i>11</i>
I.1.1 - A visão teórica de longo prazo.....	12
I.1.2 – Um olhar através da janela do poder.....	13
<i>I.2 - Sobre o poder</i>	<i>14</i>
I.2.1 As características fundamentais do poder	14
I.2.2 As relações entre o poder soberano, os tributos, a moeda e as economias nacionais	14
<i>I.3 - A idéia do universo em expansão.....</i>	<i>17</i>
I.3.1 Sobre o universo.....	17
I.3.2 Sobre a teoria do “universo em expansão” e a tese da “expansão explosiva”	18
I.3.3 O <i>big bang</i> – A gênese do sistema mundial.....	20
I.3.4 Estados e economias nacionais	22
I.3.5 Estados-economias nacionais e o sistema político mundial.....	24
<i>I.4 - A respeito das contradições</i>	<i>25</i>
I.4.1 A contradição entre a expansão internacional e a nacionalização	26
I.4.2 O conflito estabilizador e a potência com capacidade destruidora.	27
CAPÍTULO II – AS TEORIAS SOBRE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL – UM DEBATE.....	29
<i>II.1 - As principais teorias em Economia Política Internacional.....</i>	<i>29</i>
II.1.1 - A visão dos realistas	30
II.1.2 – Os liberais	32
II.1.3 – Os (neo) marxistas	33

<i>II.2 - As principais críticas realizadas por José Luís Fiori às teorias mais tradicionais no campo da Economia Política Internacional.....</i>	<i>37</i>
II.2.1 – A questão da estabilidade.....	37
II.2.2 – A questão da globalização – influências de Hilferding e Bukharin.....	39
CAPÍTULO III – A centralidade da moeda na relação do poder com a economia.....	42
<i>III.1- Maria da Conceição Tavares: o tripé da hegemonia e o exercício do controle do Sistema Monetário Internacional</i>	<i>42</i>
<i>III.2 – A articulação entre moeda, poder e economia em José Luís Fiori</i>	<i>44</i>
CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os principais elementos da leitura do Professor José Luís da Costa Fiori (graduado em Sociologia, mestre em Economia e Doutor em Ciência Política) acerca da Economia Política Internacional. Entende-se que a abordagem do autor se insere neste campo como uma leitura diferenciada das abordagens tidas como mais tradicionais. Ao longo deste trabalho busca-se explicitar os elementos que caracterizam esta leitura como uma visão crítica às consideradas tradicionais, visto que o autor se propõe a analisar as relações entre as economias e os Estados nacionais a partir de elementos diferenciados daqueles privilegiados pelas outras abordagens e chega a conclusões teóricas que, em muitos aspectos, diferem das demais.

Para tanto, o trabalho está dividido em três partes (capítulos). O primeiro capítulo consiste na apresentação dos principais argumentos constituintes da leitura do Professor José Luís Fiori dos processos de constituição e dinâmica das relações do sistema mundial. Neste capítulo procura-se destacar sua visão teórica de longo prazo com o foco centrado no poder, porém sem deixar de perceber seus aspectos materiais, econômicos portanto, bem como a sua importância para a análise conjuntural.

No segundo capítulo serão apresentados, de forma sintética, os principais elementos das teorias das três matrizes teóricas tidas como tradicionais no campo da Economia Política Internacional. As visões realistas, liberais e neomarxistas formam a tríade de referência para o debate de Economia Política Internacional. Os realistas centram sua análise na teoria da estabilidade hegemônica, os liberais, por sua vez, partem das noções de interdependência complexa e regimes internacionais, já os neomarxistas formulam sua abordagem com enfoque nos conceitos de ciclos hegemônicos e sistema-mundo (ou sistema mundial) moderno. Após uma breve apresentação, serão expostas as críticas mais relevantes que Fiori faz à estas teorias e suas concepções (críticas que também servem para expor algumas das idéias do autor acerca do sistema mundial).

A obra de José Luís Fiori pode ser entendida como parte de um programa de pesquisa que busca analisar as relações entre as nações no sistema internacional capitalista contemporâneo. Um dos pontos de partida deste programa de pesquisa foi análise de Maria da

Conceição Tavares a respeito da “retomada da hegemonia norte-americana”. Nesta análise Tavares apresenta as articulações entre poder e economia, tendo como centralidade nesta relação o papel da moeda. Dessa forma, busca-se expor no terceiro capítulo como este elemento - o papel da moeda - é recuperado por Fiori ao desenvolver suas considerações a respeito do poder e do seu exercício.

Por fim, será apresentada uma conclusão, na qual busca-se articular os diferentes capítulos deste trabalho, de modo a expor os elementos constituintes da abordagem de Fiori.

CAPÍTULO I – UMA LEITURA ATRAVÉS DO PODER – A VISÃO DE JOSÉ LUÍS FIORI SOBRE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais elementos que constituem a visão do Professor José Luís Fiori sobre a Economia Política Internacional. A partir da análise das diversas obras do autor – frutos de um extenso programa de pesquisa nesta área – busca-se apresentar os principais argumentos que formam esta visão, entendida, no presente trabalho, como uma compreensão diferenciada acerca do sistema mundial¹, e, portanto, uma abordagem que se destaca das demais no campo da Economia Política Internacional.

1.1 - Uma leitura histórica pela “janela do poder”

Para construir sua visão acerca das relações entre os Estados e as economias nacionais no sistema mundial, Fiori parte de um foco teórico e histórico, voltando-se para o passado, mais precisamente, voltando às origens do “sistema mundial”, pela ótica do poder. Propõe-se assim, a analisar as formas de interação entre as nações e as economias nacionais, os elementos recorrentes na história e comportamentos capazes de serem generalizados como tendências do “sistema mundial”, tais como a competitividade e a expansividade. Esta sua pesquisa histórica e teórica em torno do nascimento do sistema mundial capitalista e de sua dinâmica própria de funcionamento fornece elementos para a sua abordagem da Economia Política Internacional.

¹ Nas diversas obras em que aborda esta temática, Fiori usa diferentes termos para tratar deste sistema mundial de Estados e economias nacionais integrados e que se relacionam entre si, tais como “*sistema mundial*” e “*sistema interestatal*”.

I.1.1 - A visão teórica de longo prazo

De acordo com o autor (FIORI, 2007, p. 10), determinadas características dos episódios conjunturais – ainda que estes momentos contenham elementos de indeterminação – permitem que as tendências de longo prazo que atravessam a história se explicitem. Assim, para uma coerente apresentação da abordagem deste autor é necessário destacar que suas análises se baseiam em conhecimentos históricos e teóricos. A importância deste momento temporal – conforme explicitado pelo próprio autor – se mostra ainda mais relevante no que concerne às análises acerca da conjuntura internacional contemporânea, já que as mudanças conjunturais (às vezes, passageiras) e as ações imediatas podem acabar confundindo a compreensão do observador. Afinal, como o próprio autor afirma, “Toda análise da conjuntura internacional supõe uma visão teórica de longo prazo a respeito do tempo, do espaço e do movimento histórico do sistema mundial.” (FIORI, 2008, p. 11)

Visando compreender estas tendências de longo prazo que se explicitam nos episódios da conjuntura internacional e das transformações mundiais, o programa de pesquisa de Fiori² se direcionou para o passado, voltando às origens do “sistema mundial moderno”, analisando os processos de centralização do poder territorial e da mercantilização econômica nos séculos XII e XIII, que resultariam na formação dos Estados e das economias nacionais européias. Segundo o autor, “Essa ‘pré-história’ do ‘sistema mundial moderno’ oferece um ponto de observação privilegiado das relações iniciais entre o poder, o dinheiro e a riqueza que se tornaram a especificidade e a grande força propulsora do ‘milagre europeu’³.” (FIORI, 2007, p. 14)

² “Minha pesquisa sobre as relações entre a geopolítica e a geo-economia do sistema mundial começou há mais de 20 anos, com o estudo da “crise dos anos 1970” e a “restauração liberal-conservadora” da década de 1980 e seguiu com o acompanhamento das transformações internacionais das décadas seguintes. A impossibilidade de entender esta conjuntura a partir de si mesma me levou a uma longa viagem no tempo, até as origens do “sistema inter-estatal capitalista”, procurando entender suas tendências de longo prazo.” (FIORI, 2009)

³ Na Europa, entre 1150 e 1350, começavam a surgir os elementos (tais como, a centralização do poder territorial e a mercantilização da economia) que, mais tarde, entre 1450 e 1650, serviriam de base para o nascimento dos Estados Nacionais europeus. Estes Estados só atingiram o nível de desenvolvimento de suas relações de produção e a amplitude da expansão de seu poder porque em sua origem se encontravam em um ambiente que forçava a competitividade e a expansão, via guerras e disputas, com forte apelo militar. Além disto, desde o seu surgimento, estes Estados se associaram às economias nacionais, transformando estas no seu principal meio de poder e elemento fundamental para a sua expansão. Esta relação simbiótica entre o processo de desenvolvimento dos Estados nacionais e o processo de desenvolvimento das economias nacionais, juntamente com o seu elemento competitivo e expansivo, fizeram com que os Estados nacionais europeus se expandissem para outras regiões, ampliando seu poder territorial. E não só isso, como o fortalecimento que estes Estados obtinham como

I.1.2 – Um olhar através da janela do poder

Ao voltar sua análise para o processo de formação do “sistema mundial” Fiori defende a idéia da precedência do poder sobre o capital como elemento dinâmico e propulsor deste processo. Para o autor, “não há como explicar ou deduzir a necessidade da acumulação do lucro e da riqueza a partir do ‘mercado mundial’ ou do ‘jogo das trocas’.” (FIORI, 2007, p. 15).

Teria surgido no mundo do poder e da conquista, através do “jogo das guerras”, ou seja, a partir do impulso que a “acumulação de poder” produziu, a força expansiva que desenvolveu a expansão dos mercados e que gerou as primeiras formas de acumulação capitalista. Para o autor,

“a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do ‘jogo das trocas’ ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela ‘acumulação do poder’.” (FIORI, 2007, p. 16 - 17)

A respeito desta força expansiva que gerou as primeiras formas de acumulação capitalista, as seções seguintes deste capítulo apresentarão, de forma detalhada, como o autor expõe sua explicação sobre este processo de surgimento e expansão do sistema mundial, e de suas implicações para a formulação da idéia da precedência do poder na dinâmica deste sistema.

resultado da relação virtuosa entre o poder e o capital dentro de suas fronteiras permitiram que estes Estados e as empresas de sua nacionalidade obtivessem as oportunidades para realização dos lucros que movem o capitalismo (que ascendia naquele período). Fazendo com que estes Estados europeus obtivessem poder e crescimento.

1.2 - Sobre o poder

O poder, como já apresentado neste trabalho, é um dos principais elementos da obra do Professor José Luís Fiori. É a partir da ótica do poder que o professor interpreta os movimentos (históricos e também conjunturais) das relações entre as nações. Além disto, para o autor, o poder também é o elemento que move o sistema, desde a sua formação.

I.2.1 As características fundamentais do poder

De início, é importante destacar a interpretação de Fiori sobre como o poder é uma categoria de fluxo e não de estoque. Isto é, para existir, o poder precisa ser exercido, através da sua permanente reprodução e acumulação.

Afinal, o poder político é uma categoria desigual e excludente: só é possível possuir poder se algum outro agente do sistema deixa de possuí-lo. Sendo, portanto, imperativa a sua necessidade de acumulação. E por isto afirma que “toda relação de poder exerce uma ‘pressão competitiva’ sobre si mesma” (FIORI, 2007: p. 17).

Por seu poder ter sempre este impulso expansivo, o objetivo máximo dos Estados-economias nacionais é conquistar um patamar de poder mais global possível, de acordo com os seus recursos e as limitações desta conquista dentro das possibilidades expansionistas do próprio sistema.

I.2.2 As relações entre o poder soberano, os tributos, a moeda e as economias nacionais

A respeito destas relações, Fiori apresenta a seguinte explicação: a existência de um poder soberano (e, por conseqüência, a necessidade gerada pelas guerras e conflitos que este poder disputava) engendrou a criação de tributos, com poder de estabelecê-los e impô-los à

população. Criando assim a necessidade de haver um excedente⁴ obrigatório de produção a ser transferido, constantemente, à posse do poder soberano. Desta forma, no início do sistema, o valor do tributo era a unidade de valor básica, uma espécie de sistema de preços primitivos.

Do ponto de vista do autor, esta construção abre o espaço histórico para a concepção da moeda. A moeda é uma criatura do Estado e reflete seu poder de influir na produção do excedente.

A ampliação deste sistema de tributos, fomentada pelo crescimento da produção, pelo incremento das técnicas, e portanto, da produtividade e do excedente (de terras e de trabalho) e a inserção da moeda neste sistema de trocas e de tributação levou à ampliação das trocas nos mercados, ampliando assim, as relações de crédito e dívida denominadas na moeda soberana, criando “um círculo virtuoso entre a acumulação de poder dos soberanos e o aumento do excedente, das trocas e dos mercados” (FIORI, 2007, p. 20)

Este ponto que relaciona o Estado, seu poder e a moeda⁵ é a grande diferença de Fiori em relação ao pensamento tradicional no campo da Economia Política Internacional. Se a moeda é a janela de entrada do poder no projeto de construção da economia (BENETTI, 1987), também é com a moeda que a lógica econômica se atrela em definitivo ao poder no argumento de Fiori.

Surgia uma nova forma de mensurar o poder dos soberanos. Isto não seria feito somente pela quantidade de seu poder territorial, o poder passara a ser definido por múltiplos fatores: a quantidade territorial e populacional; e a riqueza em dinheiro, fruto da acumulação de tributos recolhidos e das conquistas das guerras. “A partir daquele momento, o mesmo poder que definia o valor dos tributos, das rendas e dos serviços compulsórios também definia o valor da única moeda que ele aceitava como forma de pagamento dos tributos e dos serviços que lhe eram devidos.” (FIORI, 2007, p. 20)

A introdução da moeda nos Estados nacionais deu origem a um “mosaico monetário”, já que em todos os Estados soberanos europeus ocorreu, progressivamente, o fenômeno de

⁴ Fiori não especifica se este excedente se daria em termos absolutos ou percentuais.

⁵ O artigo de Maria da Conceição Tavares “*A retomada da hegemonia norte-americana*” de 1985 explicita esta relação, e constitui um importante aporte teórico na obra do Professor Fiori, conforme será apresentado no terceiro capítulo deste trabalho

monetização dos tributos, e conseqüentemente, das dívidas e dos créditos de longo prazo. O que levou à necessidade de serem feitas “operações de cancelamento das dívidas e créditos dos soberanos e na arbitragem do ‘câmbio’, entre as infinitas moedas do ‘mosaico monetário europeu’” (FIORI, 2007, p. 22), o que criou, pela primeira vez, as condições para ocorrerem multiplicações do dinheiro por meio de dinheiro.

Segundo Fiori (2008), estas oportunidades de multiplicação do dinheiro pelo dinheiro só puderam ocorrer por que o processo de constante disputa, por meio de guerras⁶ e conflitos, que impediram a formação de uma única “economia-mundo”, com uma só moeda e um único sistema de preços em toda a Europa.

A partir deste momento, a “necessidade da conquista” não visava mais, unicamente, a questão territorial. Com a intensificação da relação umbilical entre o poder soberano e o capital, a disputa e o controle poderiam, e deveriam ter elementos econômicos. A submissão econômica, aos agentes e às moedas das potências ganhadoras se tornou um dos principais instrumentos de exercício do poder.

Estas relações apresentadas pelo professor explicitam o seu argumento acerca do processo dinâmico do sistema, no qual a busca pelo poder político está associada e dá origem à busca pelo lucro capitalista,

“Radicalizando nosso argumento: a origem histórica do capital não ‘começa pelo mercado mundial’, nem pelo ‘jogo das trocas’. Começa pela conquista e pela acumulação do poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos. E, como conseqüência, a teoria da formação do capital e do capitalismo também tem que começar pelo poder, pelos tributos e pelo excedente, partindo das primeiras formas de definição do trabalho excedente e de sua transformação em dinheiro e em capital, a partir do poder dos soberanos.” (FIORI, 2007, p. 25)

⁶ “a guerra é o instrumento em última instância da conquista e da acumulação de poder, ela se transformou num elemento co-constitutivo deste sistema de poderes territoriais que nasceu na Europa, e que depois se expandiu pelo mundo” (FIORI, 2009)

E estes dois processos expansivos se tornam um único processo acumulativo: a busca pelo poder, poder que passa a ser entendido em um sentido mais amplo.

1.3 - A idéia do universo em expansão

José Luís Fiori se refere ao sistema mundial como um “universo em expansão contínua”, no qual haveria momentos históricos que seriam um tanto quanto emblemáticos para a explicação de sua formação e dinâmica.

I.3.1 Sobre o universo

O que Fiori chama de “universo” seria o fruto do processo de fragmentação do poder territorial e de atrofia da atividade econômica ocorrido na Europa após o período entre os séculos IX e XI, e que resultou na redução extrema do comércio, que a partir de então só ocorreria sob a forma de escambo e em espaços territoriais pouco extensos e próximos uns dos outros. No entanto, nos séculos seguintes, entre 1150 e 1350

“aconteceu a grande revolução que mudou a história da Europa e do mundo: forjou-se no continente uma associação indissolúvel e expansiva entre a ‘necessidade da conquista’ e a ‘necessidade do excedente’, que se repetiu, da mesma forma, em várias unidades territoriais soberanas e competitivas que desenvolveram seus sistemas de tributação local e criaram suas próprias moedas para financiar suas guerras de conquista. Guerras e tributos, moedas e comércio existiram em todo tempo e lugar, mas a grande novidade européia foi a forma como se articularam entre si, dentro de pequenos territórios altamente competitivos e sob a pressão da ‘guerra permanente’.” (FIORI, 2008, p. 25)

O fenômeno ocorrido neste período pode ser melhor explicado se for inserido, conforme a proposta teórica do autor indica, dentro de um contexto mais amplo. A partir da análise de sua teoria sobre o “universo em expansão” é possível entender que este marco histórico seria um primeiro momento no qual ocorreriam os diversos processos que

impulsionam a formação e a dinâmica do sistema mundial, conforme será apresentado nas sub-seções seguintes.

I.3.2 Sobre a teoria do “universo em expansão” e a tese da “expansão explosiva”

Na chamada “longa duração”⁷ referente à história do sistema mundial capitalista, Fiori identifica quatro momentos em que teria ocorrido o que ele chama de “expansão explosiva”.

A “expansão explosiva” seria o fruto da seguinte trajetória: em determinados “momentos históricos” haveria um aumento da “pressão competitiva”, entre os Estados que formam o sistema – inicialmente estes Estados eram todos europeus, mas conforme será apresentado, ao longo da história do sistema mundial, alguns outros Estados também passam a compor o sistema – seguido por uma (grande) “explosão” de suas fronteiras, sejam estas internas ou externas.

Segundo o autor (FIORI, 2008), este aumento da “pressão competitiva” teria sido, na maioria dos casos, provocado pelo movimento de expansão de uma, ou mais, “potência” líder do sistema, ocorrendo também uma ampliação, tanto em número, quanto em intensidade, do conflito entre as demais unidades políticas e econômicas do sistema.

Já a “explosão expansiva” que sucedeu o movimento de aumento da “pressão competitiva” projetou o poder das unidades políticas e econômicas, e/ou das “potências” que se demonstraram mais competitivas para fora destas, ampliando assim, as fronteiras do próprio sistema.

Sua proposta é que foram quatro “momentos históricos” nos quais ocorreu este processo: i) o primeiro teria ocorrido no chamado “longo século XIII”, entre 1150 e 1350. O aumento da “pressão competitiva” na Europa, impulsionado pelas invasões bárbaras, pela expansão gerada pelas Cruzadas e pelas guerras em diversas partes da Europa (por exemplo, como ocorreu na Península Ibérica, no território que hoje é a Itália e também onde hoje é o

⁷ “*Longa duração*”, do francês *longue durée*, termo cunhado por Fernand Braudel, que faz referência ao tempo de longuíssima duração, ou tempo estrutural.

norte da França), teria na Europa o arranjo político e institucional – delimitação de unidades territoriais soberanas e competitivas, com moedas e tributos próprios dentro de suas fronteiras – que marcaria o “nascimento” do sistema político europeu; ii) o segundo teria acontecido no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. Provocado pela “pressão competitiva” gerada a partir da expansão do Império Otomano, do Império Habsburgo e das guerras que ocorriam em diferentes partes da Europa. Neste momento teriam nascido os primeiros Estados nacionais europeus, com alta capacidade bélica, integrados com as suas economias nacionais e direcionados à expansão ultramarina, nascendo assim o que foi designado por Immanuel Wallerstein como “sistema mundial moderno”⁸; iii) já o terceiro momento ocorreria no “longo século XIX”, entre 1790 e 1914, a partir da “pressão competitiva” provocada pelo movimento expansionista inglês e francês, pela ascensão de três novas potências⁹, políticas e econômicas – a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos – gerando uma “explosão expansiva” que se manifestou na chamada “corrida imperialista” entre estas Grandes Potências, que incorporou os territórios que ainda estavam fora do sistema, a Ásia e a África; finalmente, iv) o quarto momento estaria em curso desde a década de 1970 e seria uma das principais hipóteses dos recentes trabalhos do professor:

“Nossa hipótese é que – desta vez – o aumento da ‘pressão competitiva’ dentro do sistema mundial está sendo provocado em grande medida pela estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos, mas também pela multiplicação dos Estados soberanos do sistema, que já são cerca de duzentos, e, finalmente, pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos estados asiáticos, e da China em particular. O tamanho desta ‘pressão competitiva’ neste início do século XXI permite prever uma nova ‘corrida imperialista’ entre as grandes potências, e uma gigantesca expansão das fronteiras deste ‘universo mundial’. Esta é a hipótese central deste artigo” (FIORI, 2008, p. 24)

Assim, Fiori cria os fundamentos para o seu argumento sobre como o processo de “expansão explosiva” do “longo século XIII” deu origem ao “big bang” do universo político e econômico apresentado pelo autor.

⁸ Ou sistema-mundo moderno. Do inglês *Modern World System*.

⁹ Formando o que Giovanni Arrighi (1997) chamou de “núcleo orgânico do sistema interestatal e do capitalismo mundial”.

I.3.3 O *big bang*¹⁰ – A gênese do sistema mundial

No nascimento do sistema mundial, ocorrido no primeiro momento histórico supracitado, teria sido engendrado um dos principais elementos característicos do sistema, a união da “necessidade da conquista territorial” com a “necessidade da geração de excedente”.

Para Fiori, o impulso de caráter expansivo do sistema seria gerado pelo processo de competição entre os poderes territoriais europeus com força o suficiente para se impor em relação aos demais e ganhar as guerras de conquista e disputa. O impulso expansivo do sistema seria dado pela dinâmica competitiva entre os poderes territoriais capazes de impor e ganhar as guerras de conquista.

A capacidade destes Estados de conquistar e ganhar as disputas e guerras estava fortemente atrelada à sua capacidade de financiamento e, portanto, ao seu sistema de tributação local, e posteriormente, ao surgimento de moedas próprias. Afinal, neste estágio ainda “pré-capitalista”, a possibilidade de financiar estes gastos militares residia na capacidade destas unidades políticas soberanas de se organizar economicamente em seu espaço interno.

A partir deste argumento, o autor chega à conclusão de que a acumulação de capital “originária” seria um resultado do movimento das guerras entre os diversos poderes políticos soberanos europeus e de suas relações de poder¹¹. Contrariando a idéia normalmente difundida de que este processo de acumulação de capital seria o resultado da produção e/ou da expansão dos mercados.

Estes processos de tributação e monetização surgiram por conta das necessidades do poder soberano, e deram origem a algumas maneiras de multiplicação do dinheiro pelo

¹⁰ Este *big bang* do sistema mundial teria ocorrido, conforme descrito anteriormente, no “longo século XIII” (expressão de Peter Spufford para o período entre 1150 e 1350, fazendo referência ao termo cunhado por Fernand Braudel, o “longo século XVI”).

¹¹ A explicação de Fiori para este processo ter ocorrido na Europa foi a forma como as guerras, a expansão das trocas e a articulação interna das economias se combinaram, formando elementos que combinados com a busca pela expansão do poder destes Estados levaram a formação de verdadeiras potências na Europa: “*As guerras e os tributos, as moedas e o comércio, existiram sempre, em todos os tempos e lugares, a grande novidade européia foi a forma como combinaram, somaram e multiplicaram em conjunto, dentro de pequenos territórios altamente competitivos, e em estado de permanente preparação para a guerra*” (FIORI, 2009).

próprio dinheiro. Nasceram, em decorrência deste movimento do poder, os primeiros bancos europeus, que logo se expandiriam e internacionalizariam as suas operações.

Para Fiori, conforme definido pelo próprio autor na nota de rodapé número 49 do *Prefácio* ao livro *O Poder Global e a nova geopolítica das nações* (2007, p. 24 – 25), este dinheiro que multiplica dinheiro (D – D`), sem a intermediação imediata da mercadoria, seria a sua definição de “capital”¹²

Paralelo a este processo de tributação e monetização, o comércio voltaria a se expandir, durante e depois das guerras, já que alguns dos resultados destes processos de disputas e conquistas foram a maior tranquilidade nos transportes e os “monopólios” comerciais dentro dos territórios conquistados sob a tutela do poder soberano de determinada unidade política, e agora também, econômica.

“Os soberanos europeus dispunham de menos terra, com menor produtividade, e viviam comprimidos em um espaço de alta competitividade, não conseguindo financiar suas guerras e suas conquistas apenas com os tributos. Por sua vez, os ‘comerciantes-banqueiros’ europeus cedo descobriram que o financiamento dos soberanos, e de suas conquistas, podia multiplicar seu dinheiro, assegurando-lhes ganhos financeiros e ‘lucros extraordinários’ por meio do financiamento das guerras, do manejo financeiro das dívidas e dos créditos dos soberanos, do câmbio das moedas e da conquista favorecida de posições monopólicas, em todos os campos da atividade econômica.” (FIORI, 2007, p. 23-24)

Como consequência, as relações entre o poder e o capital foram se tornando cada vez mais intensas, caracterizando uma associação umbilical entre dois processos expansivos germinados pela “necessidade da conquista territorial” e pela “necessidade do lucro”. A acumulação de poder e os processos de conquistas estimularam a busca pelo aumento do excedente econômico, através da intensificação dos processos de troca e de atividades bancárias (e/ou financeiras).

¹² Já “capitalismo” designaria o momento histórico (ocorrido na Europa medieval) no qual a busca pelo lucro se tornou um objetivo permanente. Sendo, portanto, cronologicamente muito anterior ao processo de formação do “regime capitalista de produção”. Conforme o autor afirma (FIORI, 2009) foi dentro das unidades territoriais expansivas, nas quais a associação intrínseca e virtuosa entre a busca expansiva pelo poder e a riqueza havia se estabelecido, que se forjou o “regime de produção capitalista”.

“Do nosso ponto de vista, portanto, no caso europeu, no ‘longo século XIII’, foi a luta pelo poder que implodiu os mercados locais e estimulou a produção agrícola e a multiplicação do excedente econômico. E a cunhagem das moedas soberanas facilitou a troca destes excedentes e a autonomização da ‘economia de mercado’. Mas, ao mesmo tempo, estas mesmas guerras criaram as oportunidades de multiplicação do dinheiro pelo dinheiro, longe da produção, e que está na origem do capital e do capitalismo.” (Fiori, 2008, p.26-27)

Ou seja, a ampliação da competitividade entre os Estados nacionais, resultando em guerras levou os Estados nacionais a impor o pagamento de mais impostos, estabelecendo assim uma necessidade direta de aumento da produção agrícola, com o intuito de gerar excedente. Portanto, os fenômenos ocorridos nos séculos XII e XIII associados às “guerras de conquista” e à “revolução comercial” são entendidos como marcos históricos que serviram de estopim para a gênese dos Estados e das economias nacionais e do germe que levará ao período de transição para o capitalismo, não podendo ser dissociados.

I.3.4 Estados e economias nacionais

Estes primeiros territórios soberanos que se formaram no decorrer dos séculos XII e XIII foram fundamentais para a formação dos Estados nacionais europeus e de suas economias nacionais, que por processos competitivos e expansivos constituíram o sistema mundial.

“Estados territoriais e capitalismo nasceram juntos, também nasceram dotados de uma mesma ‘compulsão’ originária e internacionalizante que transformou os primeiros estados, imediatamente, em impérios coloniais, e fez do capitalismo, imediatamente, uma ‘economia-mundo’ na expressão de Fernand Braudel.” (FIORI, 1997, p. 135)

A partir deste momento em que surgem as economias e os estados nacionais, é o objetivo de monopolização das oportunidades – política e econômica – que move as disputas competitivas tanto entre estados como entre capitais.

Neste contexto, Fiori destaca o papel central da guerra no panorama do sistema mundial. Seja em sua gênese, como elemento que possibilitou a centralização do poder, através dos conflitos e disputas entre as unidades políticas soberanas, que serviu de base para a formação dos primeiros Estados nacionais, seja no decorrer do seu processo expansivo, através da contínua busca por novos territórios.

Formou-se assim, a “pressão competitiva” necessária para ocorrer a “explosão expansiva” que teria ocorrido “longo século XVI”, entre 1450 e 1650, momento no qual teriam nascido os primeiros Estados-economias nacionais europeus, após a chamada Paz de Vestfália¹³, dando origem às configurações do “sistema mundial moderno”. Conforme o autor descreve no artigo *Formação, expansão e limites do poder global* (2004), os Estados-economias nacionais seriam o resultado de um processo de acumulação de poder e riqueza extremamente expansivo, em uma escala até então nunca antes vista, e configurariam o sistema mundial de uma maneira nova, já que a força de suas armas e de suas economias nacionais que seriam os propulsores das expansões deste sistema.

Sob esta nova configuração, as relações entre o poder e o capital se estreitaram ainda mais, gerando uma relação tão organicamente atrelada que não seria possível materialmente separar os processos expansivos¹⁴, os Estados-economias nacionais que se projetariam e ganhariam/ampliariam seu *status* de potência no sistema mundial seriam os que tivessem uma situação interna fortalecida, tanto econômica, quanto politicamente.

Os Estados e economias nacionais que seriam as “potências líderes” do sistema mundial possuiriam duas características fundamentais: a primeira se relacionaria à constante necessidade de expansão, ainda que nenhuma grande disputa esteja em jogo, com o objetivo

¹³ A Paz de Vestfália (ou Westphalia) consistiu em tratados assinados no ano de 1648 por praticamente todos as potências européias (elas se declararam os avalistas dos Tratados), encerrando as guerras e as disputas territoriais que eram travadas na Europa (por exemplo, a Guerra dos Trinta Anos). A partir deste momento, forjou-se na Europa um Sistema internacional no qual os Estados poderiam considerar qualquer mudança maior no *status quo* como de interesse para todos os demais Estados, um sistema que era guiado pelo princípio do equilíbrio de poder entre as potências, organizando, de certa forma, as relações dentro da Europa.

¹⁴ Isto só seria possível do ponto de vista analítico.

máximo de conquista do poder monopólico absoluto global. No entanto, como será apresentado mais adiante no presente trabalho, este limite é uma impossibilidade dentro deste sistema, afinal, como a competição e a expansão são os traços fundamentais do sistema e de sua dinâmica, logo, não teria lógica teórica já que “destruiria o mecanismo central de acumulação de poder que mantém o sistema mundial em estado de expansão desordenada, desequilibrada, mas contínua” (FIORI, 2008, p. 29). A segunda característica específica diz respeito à forma como estes Estados se articulam com suas economias nacionais, fazendo delas seu principal mecanismo de expansão imperial e instrumento de poder. A expansão dos Estados-economias nacionais criou verdadeiros “impérios mundiais” e internacionalizou o capital e a economia capitalista, sem que este movimento eliminasse as fronteiras nacionais (políticas e econômicas). Pelo contrário, a força da economia interna, da sua moeda nacional e da sua produção interna é fundamental para a consolidação do seu poder no sistema mundial, como por exemplo, Fiori afirma, citando os sistemas monetários internacionais, “sistemas monetários internacionais são um retrato bastante fiel da correlação de forças existente, num determinado momento, entre as grandes potências” (FIORI, 2008, p. 33).

I.3.5 Estados-economias nacionais e o sistema político mundial

O poder expansivo que se forjou nos Estados-economias nacionais europeus que se tornaram potências imperiais mundiais, pela via da conquista e da colonização dos diversos territórios ultramarinos, e disputaram entre si a conquista e o controle hegemônico destas regiões e, quiçá, do globo, ao longo de toda a trajetória expansiva do sistema mundial, foi o elemento que constituiu, de fato, o sistema político mundial.

Este movimento de expansão competitiva que levou à criação dos “territórios políticos” supranacionais europeus e dos seus impérios coloniais ao redor do globo, expandindo o Sistema Mundial para regiões fora da Europa, nas Américas, na Ásia e na África. Mas estes novos Estados nacionais não conservariam as mesmas características das Grandes Potências. Até mesmo por conta de sua origem colonial, estes Estados nacionais extra-europeus tiveram muita dificuldade em desenvolver soberania nacional, em diferenciar seus interesses dos interesses das Grandes Potências, enfim, de superar sua condição de protetorados e ex-colônias. A realidade é que raríssimos foram os casos de países fora da

Europa que conseguiram, de fato, desenvolver internamente os elementos e recursos necessários para mudar sua posição hierárquica no sistema mundial.

Com exceção dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão, que no início do século XX entraram para o seleto grupo das Grandes Potências¹⁵ mundiais, o sistema político mundial permanece basicamente o mesmo desde o seu nascimento, preservando a sua centralidade hierárquica, ditando a dinâmica sistêmica e organizando os conflitos e deslocamentos entre as demais nações.

O autor afirma (FIORI, 2004, p. 40 – 42) que somente duas nações, a Inglaterra e os Estados Unidos, atingiram um nível de poder elevado a ponto de disputarem de fato o “poder global”. Estas nações¹⁶ – que ele denominou “estados-império capitalistas” por excelência – conquistaram e mantiveram (no caso dos Estados Unidos ainda mantêm) sua posição hegemônica mundial. Ainda que tenham tido (e no caso dos Estados Unidos, ainda tenham) limitações¹⁷, estes países atuaram (e atuam) visando atingir este patamar de poder.

1.4 - A respeito das contradições

Em sua análise do movimento de longo prazo/estrutural do sistema mundial capitalista, Fiori apresenta determinados elementos característicos deste sistema que, por conta de sua própria dinâmica, são contraditórios entre si. Nesta seção serão apresentadas algumas destas principais contradições.

¹⁵ Uma definição mais precisa do conceito “Grandes Potências” será apresentada mais a diante, na página 24, seção I.4.1

¹⁶ “*depois do fim da Guerra Fria, com o desaparecimento da União Soviética, não há dúvida que os Estados Unidos chegaram mais perto do que nunca da conquista de um poder global ou, pelo menos, do exercício sem contestação de um poder global de natureza militar.*” (FIORI, 2004, p. 40 -42)

¹⁷ No caso da Inglaterra, as limitações são: jamais teve poder territorial sobre a Europa e nunca disputou a América com os Estados Unidos

I.4.1 A contradição entre a expansão internacional e a nacionalização

Conforme exposto ao longo deste trabalho, a mola propulsora da universalização do sistema capitalista mundial consiste na competição e na expansão dos Estados-economias nacionais que foram bem sucedidos em suas tentativas de impor sua moeda nacional, sua dívida pública, seu sistema de “crédito” e “tributação” aos demais Estados e territórios. Os capitais que conseguem (e conseguiram, historicamente) ser bem-sucedidos em seus processos de ampliação e conquista de espaços econômicos mundiais só realizaram este feito porque estiveram intimamente associados (e protegidos por estes Estados) aos Estados nacionais detentores de maior poder.

Portanto, se tornaria imperativa a necessidade de conquista e controle de territórios, políticos e econômicos, mais amplos, sob as mais variadas formas – sejam estes protetorados, colônias, ou mesmo zonas de domínio periféricas. Visto que a produção e riqueza da nação seria um importante condicionante do seu poder internacional.

E como não existem, nem seria possível existirem, riquezas e/ou moedas descoladas de um poder soberano, isto é, não existiria riqueza ou moeda estritamente “mundial”, a disputa e a expansão das riquezas só seriam possíveis se associadas a Estados-economias nacionais, que, através de seus conflitos, poderiam ampliar suas conquistas territoriais, financeiras e comerciais.

Fiori destaca – assim como Bukharin [1917] (1984) havia salientado – que neste movimento seriam percebidas as pressões de suas forças político-econômicas contraditórias: em uma direção, a tendência à formação de um império e/ou Estado universal; na direção contrária, a “contra-tendência” que apontaria para a consolidação e fortalecimento dos blocos de poder e capital nacionais. Estas forças não seriam somente sistêmicas ou globais, mas também atuariam gerando uma constante pressão competitiva entre os Estados-economias nacionais. É exatamente esta contradição sistêmica que impede a formação de um único “poder global”, o tão cobiçado objetivo das nações.

No entanto, forjou-se no sistema mundial capitalista um pequeno núcleo de nações que oligopolizaram o poder e a riqueza internacional – as Grandes Potências – formado por

algumas nações européias, e, a partir do início do século XX, por estas nações européias, o Japão e os Estados Unidos.

As relações entre estas potências oscilaram entre o conflito e a complementaridade, mas é importante ressaltar que sempre existiu algum grau de hierarquia dentro deste núcleo, com um Estado mais poderoso liderando o “equilíbrio bélico”. E a partir deste elemento, Fiori desenvolve os argumentos para uma outra contradição desta dinâmica: a existência de um Estado com mais poder que os demais – e que, por conta desta vantagem, acaba gerando uma momentânea estabilidade à dinâmica sistêmica – não freia o processo expansivo das potências (nem das outras potências, nem a pressão para a sua própria expansão).

I.4.2 O conflito estabilizador e a potência com capacidade destruidora.

Outra contradição fundamental para a dinâmica do argumento do autor é a que se articula com a noção de estabilidade sistêmica momentânea gerada por poderes desiguais. Na origem de sua hipótese dinâmica, Fiori coloca a contradição entre a permanente necessidade de expansão do hegemon como a causa da estabilidade sistêmica, de alguns períodos, mas também como motor de sua própria instabilização.

“não há como explicar a formação e a crise das ‘situações hegemônicas’ sem tomar em conta, simultaneamente, o ímpeto expansivo e ao mesmo tempo ‘destrutivo’ do *hegemon*, e a ‘armação’ dentro da qual se constitui e se desenvolve a liderança hegemônica, entre as Grandes Potências.” (FIORI, 2004, p. 55)

Fiori ao apresentar a idéia de que é neste universo em expansão contínua que se encontra sistema mundial, e portanto, que faz parte de sua dinâmica uma natureza continuamente expansiva, propõe que nunca seria possível ocorrer “paz perpétua” ou estabilidade nos sistemas políticos. No entanto, a busca da estabilidade e “paz perpétua” é vista como sendo um objetivo sistêmico. Dessa forma, Fiori procura desconstruir esta aparência.

A existência de uma potência que gere estabilidade e paz ao sistema é inconsistente com a essência expansiva e competitiva dos poderes soberanos. Afinal, ainda que esta potência consiga, momentaneamente, gerar estabilidade ao sistema, através da criação de regras e instituições que, apoiadas em seu poder hierárquico, pudessem balizar a conduta das demais nações, esta situação seria transitória, pois a própria potência também tem a necessidade expansiva da conquista e do lucro.

Logo, ao perceber que existe a possibilidade de colocar em prática os seus objetivos expansivos e conquistadores, a potência pode até destruir as regras e instituições construídas por ela mesma, com o intuito de conseguir acumular cada vez mais poder e riqueza¹⁸, aumentando ainda mais a instabilidade do sistema e ampliando a polarização entre as nações. A potência hegemônica é, portanto, ela mesma a destruidora da ordem que cria e lidera.

E o sistema caracteriza-se pela constante necessidade da guerra e das crises, portanto, a característica da dinâmica do sistema que mais poderia se aproximar de um elemento que gere ordem e estabilidade é a potencialidade de uma guerra entre as Grandes Potências e a existência de algum conflito central.

¹⁸ Afinal, nos momentos de instabilidade, crise e guerras, as possibilidades de acumulação da potência líder se ampliam.

CAPÍTULO II – AS TEORIAS SOBRE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL – UM DEBATE

Este capítulo tem como objetivo mapear, sinteticamente, a apresentação que o Professor Fiori faz dos autores do campo da Economia Política Internacional em suas três principais matrizes teóricas nesta área – a saber, os *realistas*, os *liberais* ou *pluralistas* e os chamados *(neo)marxistas*. Através da apresentação, sintética, dos principais argumentos destas diferentes correntes busca-se evidenciar quais são os principais pontos de discordância do autor para com estas, de modo a explicitar os principais fundamentos teóricos destas críticas.

II.1 - As principais teorias em Economia Política Internacional

No início da década de 1970, a partir do diagnóstico de uma crise econômica (a crise do dólar) e geopolítica (a derrota dos Estados Unidos no Vietnã), surgiu uma agenda de pesquisa cujo debate girava em torno do suposto declínio da supremacia mundial dos Estados Unidos. Este movimento acadêmico juntamente com a publicação do artigo seminal de Susan Strange “*International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect*” – no qual a autora defende a idéia da necessidade fundamental de associação entre as análises e teorias econômicas com as teorias acerca das relações internacionais para a análise das questões sociais, políticas e econômicas entre as nações, dos debates sobre hegemonia surgidos a partir da crise da década de 1970 – leva à consolidação da Economia Política Internacional como campo de pesquisa.

Neste sentido, pode-se destacar três¹⁹ correntes no campo da Economia Política Internacional – oriundas, majoritariamente, de universidades e teóricos anglo-saxões – que se debruçaram sobre as questões das configurações das relações entre as nações, sua

¹⁹ O debate dentro da Economia Política Internacional não se resume às visões destas três correntes. Existem outras teorias que se destacam neste campo, por exemplo, a Teoria da Dependência. No entanto, dado o objetivo de apresentar o contra-ponto do autor com as teorias mais tradicionais na área, o trabalho dará maior ênfase a estas três correntes, consideradas como pontos referenciais no que concerne a Economia Política Internacional.

hierarquização, surgimento e dinâmica e sobre os movimentos de internacionalização do poder político e da riqueza das nações: os realistas, os liberais e os (neo)marxistas.

II.1.1 - A visão dos realistas

A principal tese dos autores realistas (ou neo realistas²⁰) pode ser sintetizada pela “*Teoria da Estabilidade Hegemônica*”²¹ desenvolvida por Charles Kindleberger (1973) e Robert Gilpin (1972 e 1975). Estes autores, ao analisarem a crise dos anos 30, chegaram a uma mesma conclusão: que aquela crise fora engendrada pela ausência de uma liderança mundial (visto que naquela época a Inglaterra já não cumpria mais, plenamente, o seu papel hegemônico). Disto, inferem que caso não exista uma “potência liberal dominante” (GILPIN *apud* FIORI, 1997, p. 93) seria muito difícil, quiçá impossível, criar e manter algum tipo de cooperação econômica internacional que estabeleça a estabilidade, e portanto, o bom funcionamento da economia internacional. Segundo Kindleberger, “para [que] uma economia mundial seja estabilizada, deve haver um estabilizador e um só país estabilizador (Kindleberger, 1973, p. 304)” (KINDLEBERGER *apud* FIORI, 1997, p. 93).

Dessa forma, formularam um argumento teórico, com base nas experiências históricas passadas, de que o bom funcionamento da economia internacional necessitaria da existência da “liderança” de um país (no caso, alguma potência hegemônica) que forneça “bens públicos” indispensáveis ao sistema, como a moeda, a defesa do livre-comércio, a coordenação das políticas econômicas e a garantia do sistema financeiro. Esta potência hegemônica seria a líder na gestão global, com controle das matérias-primas estratégicas, dos capitais de investimento, das tecnologias de ponta, das armas e informações. Com base nestes argumentos, estes autores afirmavam que a partir da crise da década de 1970 política (derrota dos Estados Unidos no Vietnã) e econômica (crise do dólar, primeiro choque do petróleo), ou

²⁰ Se Edward Carr for considerado o “pai da teoria realista internacional”, como muitos fazem, faz mais sentido chamar estes autores aqui abordados (Robert Gilpin e Charles Kindleberger) de neo-realistas, por eles usarem muitos aportes teóricos desenvolvidos anteriormente.

²¹ Este termo foi cunhado por Robert Keohane (1981), teórico do campo de Economia Política Internacional, que sintetizou os argumentos de Kindleberger e Gilpin. Inicialmente, os estudos de Keohane se aproximavam da matriz realista, no entanto, com o passar do tempo, percebe-se que os argumentos e desenvolvimentos teóricos de Keohane se encaixam melhor no filão dos liberais (os liberais serão apresentados na próxima sub-seção do presente trabalho).

seja, com o fim do sistema de Bretton Woods, a hegemonia dos Estados Unidos estaria em declínio, o que ficou conhecido na literatura como o “declínio do poder americano”.

O debate acerca do “declínio do poder americano”, considerado um dos debates fundadores das análises no campo da Economia Política Internacional, gira em torno do conceito e do papel econômico do *hegemon* e, também, sobre a natureza e as consequências das crises históricas de hegemonia (FIORI, 1997, p. 93 – 94). Dentro da matriz teórica dos (neo) realistas (tidos como o *mainstream* do debate) é possível identificar dois argumentos²². De um lado, os “neo-realistas”, como Gilpin e Kindleberger, que defendem a idéia de que é fundamental a existência de um Estado hegemônico responsável pela proteção dos diversos elementos²³ que forjariam o bom funcionamento da economia e do sistema mundial. Para estes autores, a hegemonia poderia ser definida como: a existência de “capacidade material” apoiada pelo controle sobre matérias-primas estratégicas, capitais de investimento, tecnologias de ponta, armas, informação e acesso aos mercados internacionais, por parte de algum Estado nacional (para estes autores, o interesse nacional do Estado hegemônico é elemento fundamental para a sua atuação). De outro lado, os “estruturalistas”, como Susan Strange, o poder hegemônico de determinado Estado seria definido pelo controle do “*poder estrutural*” global sobre quatro pilares fundamentais, a saber: segurança, produção, crédito e conhecimento. Era este controle que daria a estes determinados Estados a capacidade de configurar as estruturas da economia política internacional. Além disto, a autora não concorda com a idéia de que haja uma necessidade, intrínseca ao sistema, da existência de um *hegemon* que promova a estabilidade econômica e sistêmica mundial. Conforme exposto por Fiori no artigo *Globalização, hegemonia e império* (1997, p. 131) Strange defende a idéia de que seria necessário haver algum meio de restringir ou de negar a autoridade hegemônica, para que esta não conduza sua ação à arbitrariedade ou à imposição desmedida de sua força e vontade. Ademais, o “equilíbrio de poder” ajudaria a controlar este arbítrio e a balizar as relações entre os Estados dentro do sistema mundial.

²² Alguns outros posicionamentos acerca deste debate serão apresentados ao longo deste capítulo.

²³ Tais como: a manutenção dos mercados abertos, homogeneização das políticas macroeconômicas, o policiamento do sistema de taxas de câmbio, a liderança em iniciativas anticíclicas e, quando necessário, atuação como prestador em última instância num nível mundial.

II.1.2 – Os liberais

Do lado oposto ao dos realistas, sempre estiveram os *liberais* ou *pluralistas*, como Joseph Nye, Robert Keohane e Stephen Krasner (cujas principais teorias são: a *Teoria da Interdependência Complexa* e a *Teoria dos Regimes Internacionais*). Estes autores, afirmam que os Estados nacionais, já há algum tempo, estariam perdendo sua importância, uma vez que a crescente interdependência entre os diferentes Estados nacionais tornaria difusa emaranhada as relações entre os Estados nacionais, o que faria com que a relevância de cada Estado, individualmente, fosse reduzida ou quiçá superada. Também afirmam que estaria nascendo uma nova ordem política e econômica mundial, regulada por “regimes supranacionais” de fato legítimos, capazes de funcionar com eficácia mesmo na ausência de potências hegemônicas. Estes regimes seriam organizados por verdadeiras redes de regras, normas e procedimentos – criados, inicialmente, pelo *hegemon* – que regularizariam os comportamentos e controlariam os efeitos que pudessem gerar – e que a partir do momento em que estivessem constituídos, não haveria mais a necessidade da atuação ativa deste *hegemon*. O que regularia e organizaria a ordem mundial seriam estes “regimes internacionais”, que passariam a ser “reconhecidos e legitimados como bens coletivos universais” (FIORI, 1997, p. 94). Em adição, estes regimes, e, portanto, suas regras, normas e procedimentos, uma vez estabelecidos seriam dificilmente erradicados ou mesmo alterados de maneira muito drástica. Ou seja, neste argumento está presente a idéia - muito cara ao liberalismo – da redução da relevância dos Estados nacionais para a boa interação entre agentes políticos e econômicos, sendo esta idéia transposta para a questão das relações entre Estados e economias nacionais.

No entanto, mesmo para estes autores, especialmente, Nye e Keohane, poderiam ocorrer situações nas quais estes acordos, acerca das regras, normas e procedimentos, não fossem estabelecidos. Ou até mesmo, situações nas quais as adesões dos Estados e economias nacionais aos acordos não possuíssem tanta relevância para a configuração e para a análise das suas interações e do sistema internacional. Nestes casos, flexibilizando o argumento liberal da supressão da importância dos Estados nacionais, a hierarquia entre os Estados e as relações de poder destes seriam fundamentais para a estabilização e manutenção da ordem da comunidade internacional.

Dessa forma, pode-se afirmar que, majoritariamente em seus questionamentos, estes autores “estavam preocupados com o problema da guerra e da paz” (FIORI, 2004, p. 13). Sendo este o norteador de suas linhas de pesquisa²⁴.

II.1.3 – Os (neo) marxistas

Chegando a conclusões próximas às dos realistas, há o grupo de autores marxistas ou neomarxistas, como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Estes autores buscam compreender a trajetória política de longo prazo do sistema mundial. Para isto, partem da análise histórica de longo prazo para explicar e validar suas teses acerca do desenvolvimento do capitalismo. A partir do conceito (e processo histórico) do *Modern World System*²⁵ (Sistema- mundo Moderno), forjado na Europa no século XVI, concluem que a competição interestatal européia só não gerou caos político e econômico porque ao longo dos últimos cinco séculos existiram potências hegemônicas mundiais – a saber, as Províncias Unidas (também conhecidas como Holanda) no século XVII, o Reino Unido no século XIX e os Estados Unidos no século XX – que se sucederam na organização e comando do funcionamento hierárquico do sistema mundial, dando origem a *ciclos hegemônicos*²⁶ liderados, sucessivamente, por estas potências hegemônicas.

Em uma linha de argumento que Fiori (2004) chama de “neomarxista”, Giovanni Arrighi e Robert Cox discutem a questão do ‘declínio do poder americano”, e por consequência, a questão da existência de uma potência hegemônica e sua capacidade de liderar o sistema mundial, a partir de uma leitura do conceito de Gramsci de hegemonia transposto para o campo das relações internacionais e associado aos conceitos de acumulação de capital e de relações sociais de classe e de poder.

II.1.3.1 – Giovanni Arrighi e os “Ciclos Hegemônicos”

Giovanni Arrighi propõe uma teoria sobre a trajetória e sucessão histórica dos ciclos hegemônicos internacionais, separando os ciclos do poder (os “ciclos hegemônicos”

²⁴ Uma informação que talvez ajude a explicar esta preocupação com a questão da guerra é o fato de que estes autores foram, em diferentes momentos de suas carreiras, membros de alto escalão de governos dos Estados Unidos.

²⁵ Expressão cunhada por Immanuel Wallerstein.

²⁶ Expressão criada por Giovanni Arrighi.

propriamente ditos) dos ciclos econômicos do capital (“ciclos de acumulação”), liderados desde o “longo século XVI”²⁷, sucessivamente por Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Assim, seria a combinação da expansão competitiva dos Estados juntamente com a expansão competitiva dos capitais que produziria, ao longo da história, os ciclos de acumulação econômica sistêmica, sustentados pelos poderes políticos hegemônicos, que se sucederiam no decorrer da história do capitalismo.

A partir desta teoria e de aportes teóricos de diversos autores, tais como Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein, Arrighi desenvolve o seu conceito acerca da hegemonia mundial. José Luís Fiori, ao apresentar as contribuições teóricas de Arrighi para o campo da Economia Política Internacional, expõe diferentes elementos do conceito de hegemonia mundial de Arrighi. Em seu artigo “Globalização, hegemonia e império” publicado no livro *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, Fiori destaca a inserção feita por Arrighi da idéia gramsciana do “consenso” e da “liderança mundial”, juntamente com a “coerção” na formulação do conceito de hegemonia mundial descrito pelos realistas²⁸ e por Wallerstein²⁹. Em adição, Fiori apresenta o fato de que, conforme exposto por Arrighi em seu seminal trabalho, *O longo século XX* (1995), o conceito de hegemonia mundial de Arrighi seria referente à capacidade de um Estado exercer o papel de liderança e governo sobre um sistema de Estados nacionais soberanos, no entanto, a hegemonia não se forjaria apenas pela busca de expansão de seu poder para fora, isto é, no sistema interestatal como um todo. O poder hegemônico para se consolidar seria necessário que este poder fosse conciso e bem solidificado internamente, isto é, que os cidadãos percebam neste Estado credibilidade, de maneira a sustentar esta expansão de poder hegemônico. Mais a diante, no mesmo artigo, Fiori sintetiza a definição de hegemonia de Arrighi como sendo “uma ordem política e econômica mundial só é sustentável no longo prazo se ela permite aos estados e seus governantes manterem a sua legitimidade perante os seus governados.” (FIORI, 1997, p. 131 – 132)

Segundo Fiori (2001, p. 55), pode-se dizer que Giovanni Arrighi se inscreve em uma tradição de abordagem histórica do sistema mundial, assim como Fernand Braudel, Immanuel

²⁷ Termo cunhado por Fernand Braudel para se referenciar ao período que vai de, aproximadamente, 1450 a 1650.

²⁸ Conceito descrito na subseção anterior deste capítulo.

²⁹ Conceito será descrito mais a diante neste mesmo trabalho.

Wallerstein e também Karl Polanyi. Arrighi ressalta, em seu sistema analítico, que existe uma relação estreita e ativa entre o poder político e o capital, e que esta relação seria de fundamental importância para a origem do sistema capitalista e na expansão das estruturas de acumulação e de hegemonia mundiais, estruturas estas que para Arrighi teriam caráter cíclico através dos últimos 500 anos. Além disto, seguindo a argumentação de Braudel e Polanyi, a dinâmica do sistema mundial desde o século XVI seria ritmada pelas altas finanças, já que estas que financiariam o processo de expansão do poder (territorial) dos Estados e que seriam os processos de expansão material (expansão da produção) seguidos por processos de expansão financeira (expansão do processo de acumulação de capital) ocorrendo em concomitância com os processos de consolidação das estruturas de poder hegemônicas, que dariam a dinâmica do movimento permanente de expansão e globalização das estruturas capitalistas, conforme exposto por Fiori. (FIORI, 1997, p. 95 – 96)

II.1.3.2 – Robert Cox

Robert Cox, ao criticar as teorias (neo)realistas, ressalta um importante aspecto, até então não inserido nas demais concepções acerca da hegemonia mundial: as relações entre as classes e as relações entre os países centrais e periféricos. Para Cox, é importante dar a devida atenção aos processos sociais e à maneira com a qual estes se relacionam com o desenvolvimento dos Estados e do sistema mundial, tomando cuidado para não reificar um sistema mundial, ao observar a questão da ordem mundial. (COX [1986] *apud* FIORI, 1997, p. 96). A partir do uso de seu conceito de “estruturas históricas”, que seriam estruturas que englobariam as capacidades materiais, as instituições e idéias cujo enfoque se direcionaria para a organização da produção, das forças sociais, para a questão das forças dos Estados nacionais e também para as configurações do poder mundial, Cox estabelece uma conceituação muito mais ampla de hegemonia mundial, que envolveria não somente a internacionalização dos interesses nacionais da potência hegemônica, mas também, processos simultâneos de internacionalização da produção, das relações de classe e das estruturas de poder³⁰.

³⁰ Para Cox, a partir da II Guerra Mundial, com o aumento da convergência entre a internacionalização da produção, das relações de classe e do Estado, seriam estabelecidos os elementos que propiciariam a montagem e sustentação do “*imperial system*” norte-americano, um caso de supremacia mundial, e não apenas hegemonia. (FIORI, 1997, p. 97)

II.1.3.3 – Immanuel Wallerstein e o “Sistema-mundo moderno”

Immanuel Wallerstein desenvolveu a sua abordagem calcada no conceito de “sistema mundial moderno” visando estudar a história da expansão do sistema mundial e da constituição da economia capitalista, como obra conjunta do poder e do capital. E teria sido somente na Europa, no século XVI, que esta união teria ocorrido, propiciando aos Estados europeus a conquista territorial mundial e o desenvolvimento de uma economia, de fato, global.

Para Wallerstein, haveria dois tipos de sistema-mundo (ou sistema mundial), um tipo de sistema no qual há unicidade do sistema político, chamado por ele de império-mundo (*world-empire*) e o outro tipo, no qual coexistem no sistema vários sistemas políticos, mas somente uma economia, a economia-mundo (*world-economies*). O capitalismo europeu a partir do século XVI teria sido um caso de economia-mundo.

A partir de então, o Sistema se organizaria de forma hierarquizada, haveria um centro (*core*), que seria quem organizaria o processo econômico, definindo o ritmo produtivo, a organização do sistema, as relações entre Estados e economias. O Centro seria o local mais desenvolvido, e no qual as entidades políticas estariam, de fato, bem constituídas, o que ampliaria ainda mais o seu grau hierárquico em relação às demais economias. Ao redor do centro haveria áreas periféricas³¹, caracterizadas pela organização produtiva de menor desenvolvimento tecnológico e especializada, associada às necessidades do centro, e também por Estados não tão fortemente consolidados quanto os do centro. Apesar de se tratar de regiões com jurisdições políticas diferentes, as regiões periféricas teriam entidades políticas fracas, associadas e subordinadas às entidades políticas do Centro (mais consolidadas). Desta forma, Wallerstein afirma que a economia-mundo constituiu um único sistema de divisão do trabalho, cujo dinamismo era ditado pelas regiões centrais.

Para Wallerstein, os poderes hegemônicos seriam, portanto, aqueles que estariam controlando a organização política e econômica do sistema. Seja, simplesmente, por meio de sua posição privilegiada na hierarquia do sistema (serem o *core* do sistema), seja pela

³¹ Existiriam também as chamadas “semi-periferias”, regiões com traços tanto próximos ao centro, quanto próximos das características periféricas. No entanto, a título de simplificação, será apresentada aqui a dicotomia centro-periferia.

afirmação de sua vontade e regras aos demais países do sistema, através da sua força militar (ou seja, as guerras seriam meios de conquista, afirmação e consolidação do poder hegemônico das potências mundiais).

II.2 - As principais críticas realizadas por José Luís Fiori às teorias mais tradicionais no campo da Economia Política Internacional

José Luís Fiori, ao longo de seus diversos artigos (que podem ser encaixados dentro do campo teórico da Economia Política Internacional), apresenta os principais argumentos dos autores das três principais correntes teóricas na área de Economia Política Internacional para, a partir desta apresentação, expor seus principais argumentos críticos a estas teorias. E então, apresentar seus próprios argumentos teóricos, que servem de base para a construção de uma visão diferenciada em Economia Política Internacional.

II.2.1 – A questão da estabilidade

Em um consenso teórico e normativo, todos os autores das três principais matrizes teóricas da Economia Política Internacional afirmam que a paz e a ordem do sistema interestatal serão asseguradas pela presença de algum Estado (ou mesmo entidade supranacional, como no caso da teoria dos *Regimes Internacionais*) com poder global. Ainda que esta estabilidade seja transitória, visto que um *hegemon* pode ser substituído por outro (como no caso da teoria dos *Ciclos Hegemônicos*), haverá estabilidade enquanto esta potência hegemônica exercer o seu poder global.

No entanto, os argumentos empíricos, em especial do período pós-1991, contradizem este consenso teórico e normativo. Conforme exposto por Fiori no artigo “Formação, Expansão e Limites do Poder Global” publicado em 2004 no livro de sua organização *O poder americano*:

“o balanço da primeira década do exercício do poder global e unipolar americano [pós-1991] não correspondeu às expectativas e às previsões teóricas: não houve paz, nem estabilidade política dentro do Sistema Mundial. (...)Por outro lado – como preconizaram Kindleberger, Gilpin e Strange – os Estados Unidos concentraram nas suas mãos, durante a década de 1990, todos os instrumentos de poder indispensáveis ao exercício da liderança ou hegemonia econômica mundial, arbitraram a desregulação das demais economias nacionais, defenderam o livre comércio e promoveram ativamente a convergência das políticas macroeconômicas de quase todos os países capitalistas relevantes. Além disto, mantiveram e aumentaram seu poder no plano industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural. Mas, apesar de tudo isto, o mundo viveu nesse período uma sucessão de crises financeiras, e a maior parte da economia mundial entrou num período de baixo crescimento prolongado com a notável exceção dos próprios Estados Unidos, da China e da Índia. (Fiori, 2004, p. 14-15)

Isto é, após o colapso da União Soviética no início da década de 1990, os Estados Unidos alcançaram um estágio de poder global muito elevado, possuindo todos elementos (político-militar, produtivo, monetário e financeiro)³² necessários para o exercício de seu poder global (fator gerador de estabilidade, de acordo com aqueles autores). No entanto, houve instabilidade, sucessivas crises financeiras, baixo crescimento em muitos países e guerras. E muitos destes elementos que tensionam a ordem do sistema mundial são provocados pelo próprio Estado detentor do poder global, que em seu impulso expansivo, em busca de melhores oportunidades de acumulação de poder e de riqueza, logo, formas de ampliar ainda mais o seu poder global, acaba por gerar instabilidade. Portanto, a experiência histórica contradiz estas teorias.

Dessa forma, percebe-se um paradoxo, inexplicável do ponto de vista destas teorias tradicionais a respeito das hegemonias mundiais: o poder que deveria gerar paz e estabilidade acaba, pelo seu movimento expansivo, gerando instabilidade e desordem no sistema. José Luís Fiori apresenta uma hipótese que seria capaz de dar conta deste paradoxo (apresentada de forma mais detalhada no capítulo deste trabalho referente exclusivamente a sua obra). Neste sistema mundial não cabe a existência muito prolongada da paz e da estabilidade. A instabilidade, provocada pelos movimentos expansivos dos poderes hegemônicos, pelas guerras e possíveis crises, é uma característica deste sistema.

³² Os artigos de Maria da Conceição Tavares a respeito da retomada da hegemonia norte-americana no decorrer da década de 1980 (*A retomada da hegemonia americana* de 1985 e *Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte-americana* de 1997, este escrito em co-autoria com Luiz Eduardo Melin) descrevem com minúcias estes instrumentos de poder dos Estados Unidos.

II.2.2 – A questão da globalização – influências de Hilferding e Bukharin

Seguindo a mesma linha de argumentação crítica à questão da estabilização nas teorias em Economia Política Internacional, Fiori argumenta que a construção destas teorias tem como norte teórico o debate da hegemonia e da internacionalização. Como apresentado na sub-seção anterior a questão do papel da potência hegemônica na organização do sistema mundial não seria muito consistente com a experiência empírica.

No que concerne a internacionalização financeira promovida com maior força após a década de 1970, estas teorias não seriam tão pouco consistentes. Conforme o autor afirma em seu artigo “Globalização, hegemonia e império” publicado no livro organizado por ele e por Maria da Conceição Tavares *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização* (1997), estas teorias não apresentariam explicações que articulariam de forma satisfatória o movimento de expansão financeira com o exercício da potência hegemônica. Uma melhor explanação desta articulação seria a apresentada por Maria da Conceição Tavares em seu artigo “A retomada da hegemonia norte-americana” de 1985. A análise de Tavares, conforme será apresentado no terceiro capítulo do presente trabalho, ao focar a questão da centralidade da moeda na articulação entre poder e economia, e portanto, no exercício do poder hegemônico, oferece elementos que serão recuperados por Fiori em sua abordagem em Economia Política Internacional.

“Em síntese, internacionalização e hegemonia são os dois conceitos que melhor sintetizam o debate contemporâneo sobre a ‘crise americana’ dos anos setenta e seus desdobramentos até o pós-Guerra Fria. Nem a teoria da ‘estabilidade hegemônica’ nem os seus críticos ‘pluralistas’ ou ‘estruturalistas’ conseguem relacionar de forma consistente, as transformações da hegemonia norte-americana com a globalização financeira. A teoria de Giovanni Arrighi propõe uma ambiciosa explicação cíclica para o fenômeno da recente expansão financeira que combina a tese weberiana sobre a relação umbilical do capitalismo com a competição estatal e a tese marxista sobre a acumulação internacional de capital. E Robert Cox propõe a inclusão das relações sociais entre as classes e os estados num caminho explicativo que vai das coalizões de poder dominantes no Hegemon aos seus clones periféricos, passando pela moeda, o comércio, os investimentos, as armas e as idéias e por um sistema estatal internacionalizado – o ‘imperial system’ – de administração das riquezas e das populações regionais.” (FIORI, 1997, p. 97)

José Luís Fiori com esta crítica, abre espaço para o resgate teórico das explicações de dois autores do início do século XX, Rudolf Hilferding e Nicolai Bukharin. Estes autores, junto com outros autores como Vladimir Lênin, se inscrevem na tradição da Teoria do Imperialismo, considerada a primeira formulação teórica que se encaixaria no campo da Economia Política Internacional, formulada com aportes marxistas e que relaciona os movimentos de expansão da internacionalização dos capitais financeiros (que seriam a associação do capital bancário com o capital industrial) com os movimentos de expansão das Grandes Potências na conquista e subordinação das demais áreas do globo.

Para o autor, as análises destes autores acerca da internacionalização do capital financeiro associada ao fortalecimento da posição e força dos Estados líderes, seria condizente com o período histórico no qual as teorias contemporâneas em Economia Política Internacional surgiram, após a década de 1970, e serviriam de explicação mais consistente para os fenômenos que estes autores pretendem analisar. O movimento que para Hilferding e Bukharin poderia ser visto como contraditório, afinal, o movimento de mundialização dos capitais apesar de explicitar a busca destes capitais pela internacionalização da sua lógica – a lógica capitalista e competitiva – no entanto, estes capitais só tiveram força para sua expansão porque estavam salva-guardados pelo poder dos seus Estados de origem, seria o que daria dinâmica ao sistema e à atuação da potência hegemônica para a sua organização. Portanto, a conclusão de que “a globalização capitalista foi, e será sempre, um movimento expansivo e uma resultante transitória do processo de competição entre as Grandes Potências e seus capitais financeiros, pela conquista de novos ‘territórios econômicos’.” (FIORI, 2004, p. 45) seria a análise que melhor explicaria o movimento ocorrido após a década de 1970, quando ocorreu a massiva financeirização da economia mundial.

Segundo Fiori (2007, p. 31) esta contradição explicitada pelos autores da Teoria do Imperialismo teria impedido o surgimento de um único poder global. No entanto, o poder fora “oligopolizado” por um grupo de Grandes Potências, entre as quais às vezes a relação se caracteriza pelo conflito, às vezes pela complementaridade, mas que sempre é liderada por um Estado que possua maior poder que as demais potências, através do que Fiori chamou de “equilíbrio bélico”. Esta capacidade de liderar o “equilíbrio bélico”, uma função que poderia ser vista como estabilizadora, que seria o que muitos autores chamariam de “hegemonia”. No

entanto, Fiori salienta que esta liderança não gera estabilidade de fato, ela não estagna o expansionismo das demais Potências, nem mesmo a expansão do Estado líder (*hegemon*). A dinâmica expansiva do sistema segue valendo, a despeito deste momentâneo “equilíbrio”. Com isto, Fiori afirma (conforme exposto no capítulo anterior) que toda situação hegemônica é momentânea e que o *hegemon* contribui diretamente para a destruição desta situação, através da (busca pela) expansão do seu poder. Logo, o que para Fiori “estabiliza” o sistema mundial é o conflito e não a atuação direta da potência hegemônica como afirmam as principais teorias em Economia Política Internacional.

CAPÍTULO III – A centralidade da moeda na relação do poder com a economia

Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais elementos do pensamento da Professora Maria da Conceição Tavares que influenciaram de forma definitiva o pensamento de José Luís Fiori na articulação entre poder e economia para formular seu projeto teórico de leitura da Economia Política Internacional. Em seus dois artigos seminais, *A retomada da hegemonia americana* de 1985 e *Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana*, escrito em 1997 em co-autoria com o Professor Luis Eduardo Melin, Tavares relaciona as questões da moeda, do poder e da economia com base no que considerou o tripé das formas hegemônicas de organização do sistema mundial. O trabalho de Conceição dá centralidade às relações econômico-financeiras, das quais o Sistema Monetário Internacional é a maior expressão. Fiori se baseia nesta análise para encontrar na centralidade da moeda o ponto de partida da afirmação da precedência do poder sobre a economia.

III.1- Maria da Conceição Tavares: o tripé da hegemonia e o exercício do controle do Sistema Monetário Internacional

Conforme afirma João Manuel Cardoso de Mello (1997) no prólogo do livro (organizado por Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização* (organizado por Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori), o poder político e econômico de um país central – ou como alguns preferem denominar, hegemônico – se manifesta com base em três tipos de controle: o controle da estrutura produtiva, através do controle sobre a inovação tecnológica – elemento que levaria à suposição de formas de organização capitalistas relacionadas ao poder financeiro; o controle relacionado à moeda e à finança internacionalizada – que por sua vez, teria como pressuposto o exercício do poder industrial; por fim, o controle concernente ao poder político-militar, ou como Cardoso de Mello denomina, o “controle das armas” (CARDOSO DE MELLO, 1997, p. 16). Ou seja, as três bases do tripé da hegemonia são: a militar, a produtiva e a relacionada à moeda.

Maria da Conceição Tavares, ao analisar o processo da retomada da hegemonia dos Estados Unidos no último quartil do século XX – através dos movimentos deste país nos campos da geoeconomia e da geopolítica – apresenta os elementos que permitem extrair da relação entre a economia e o poder a centralidade da moeda no exercício dos três tipos de controle que se sintetizam em uma posição hegemônica.

Segundo a linha de raciocínio de Tavares, um determinado país só atingiria, de fato, uma posição hegemônica se mantiver sob o seu jugo as transações e relações entre os países, através do controle do Sistema Monetário Internacional. A análise de Conceição, ao se focar nos fenômenos ocorridos após a constituição do chamado “padrão dólar flexível”, evidencia o papel central da moeda no exercício do poder hegemônico. Se não fossem os Estados Unidos a maior potência mundial – com o maior e mais temido poder bélico, com a liderança na questão produtiva e acima de tudo, com o pleno controle monetário e financeiro internacional – o Sistema Monetário Internacional não assumiria a configuração do chamado “padrão dólar flexível”. Afinal, neste padrão monetário, a moeda é totalmente fiduciária, o seu único “lastro” reside na solidez e força estrutural do poder, político e econômico, dos Estados Unidos. Neste cenário em que o dólar “provê liquidez instantânea em qualquer mercado; garante segurança nas operações de risco; e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura.” (TAVARES & MELIN, 1997, p. 63 – 64), ou seja, é a moeda financeira internacional.

“O fulcro do problema não reside sequer no maior poder econômico e militar da potência dominante, mas sim na sua capacidade de enquadramento econômico financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários. Este poder deve-se menos à pressão transnacional de seus bancos e corporações em espaços locais de operação, do que a uma visão estratégica da elite financeira e militar americana que se reforçou com a vitória de Reagan. Em verdade, seus sócios ou rivais capitalistas são compelidos, não apenas a submeter-se, mas a racionalizar a visão dominante como sendo a ‘única possível’.” (TAVARES, 1997, p. 28 – 29)

Para Tavares, portanto, o que molda o patamar mais elevado de determinada potência na hierarquia do sistema internacional é o fato deste país ser o grande direcionador das relações entre as economias e os Estados nacionais. De seu ponto de vista, o domínio desta

potência é costurado pelo fato de que a sua moeda nacional torna-se a moeda financeira internacional. Se a costura entre poder e economia está no comando sobre moeda internacional e este instrumento é uma moeda nacional, então se põe a questão de “o que é representa a moeda”, especialmente em um sistema monetário internacional de base totalmente fiduciária.

III.2 – A articulação entre moeda, poder e economia em José Luís Fiori

Ao direcionar seus estudos para os processos de formação do sistema mundial contemporâneo, Fiori – conforme exposto na seção I.2.2 desta monografia – chega à conclusão de que é a imposição da cobrança de tributos pelo poder soberano que forja a necessidade de geração de excedente. Estes tributos passam a ser coletados sob a forma de moedas (cunhadas pelo poder soberano), e assim, a moeda se torna o denominador comum das trocas entre os agentes. É neste sentido que Fiori constrói seu argumento de que o objetivo da atividade econômica passa a ser a obtenção de moedas. De seu ponto de vista é a lógica do pagamento de tributos e não a lógica do lucro, como afirmam os economistas, a partir da segunda metade do século XVIII, que primeiro impulsiona a produção das mercadorias com vistas a obtenção de moeda. Nosso autor encontra a reversão na forma mercadoria – dinheiro – mercadoria para a forma dinheiro – mercadoria – dinheiro, antes mesmo da formação do capitalismo enquanto modo de produção dominante.

Fiori recorre, então a um raciocínio muito interessante para construir a idéia de que a força motriz que dinamiza as relações econômicas e as relações entre os agentes se origina, portanto, no poder. O poder, através da figura do soberano, é o que leva a criação e difusão da moeda. A moeda é, portanto, criatura do Estado e neste sentido representa seu poder de extração de excedente, sendo a única forma de recebimento e pagamento das transações econômicas, em especial, dos tributos. Como são os tributos que determinam a forma de inserção social (e econômica) nos espaços políticos controlados por um poder unificado, a chave do movimento geral de organização da forma capitalista de produção e de relação social está na moeda enquanto expressão do poder sobre a economia. A moeda torna-se a expressão deste poder soberano e sua validade só existe se for respaldada por um Estado que estabelece e garante seu curso forçado interno a cada país e também em âmbito internacional.

No âmbito internacional, a centralidade da moeda como expressão do poder de determinado país adquire maior intensidade. O Estado mais poderoso será o emissor da moeda que serve de denominador mundial. O Estado mais poderoso, assim como afirmado por Tavares, é o controlador do regime monetário internacional.

“a administração da moeda tem papel decisivo, tanto na competição intercapitalista como na luta por poder e hegemonia internacionais. Cada sistema ou regime monetário internacional representa ‘síntese’ transitória da correlação de forças entre agentes privados e poderes políticos e é verdadeira radiografia do grau de soberania econômica de cada Estado nacional.” (FIORI, 2001, p. 21)

A moeda torna-se o elemento fundamental na articulação entre a esfera do poder e a esfera econômica. Com esta concepção, Fiori radicaliza o argumento desenvolvido por Tavares a respeito da centralidade da moeda na relação entre poder e economia. Afinal, a moeda não só é fundamental como reflexo do poder soberano, e portanto, central para a articulação entre poder e dinheiro, mas também é a moeda o que reflete a influência que o poder exerce sobre as determinações econômicas (produção, valor e excedente), isto é, a questão monetária é a via que explicita a precedência do poder.

Este elemento – a centralidade da moeda e a precedência do poder – é o núcleo da diferenciação da abordagem de José Luís Fiori acerca da Economia Política Internacional em comparação com as demais. A relevância que o autor atribui às moedas, aos regimes monetários e à essencialidade da dimensão do poder para a compreensão da dinâmica global econômica e política do sistema capitalista é o que destaca a sua concepção. Uma concepção diferenciada e crítica às tidas como mais tradicionais.

CONCLUSÃO

É possível identificar uma continuidade teórica e analítica na obra de José Luís da Costa Fiori. Suas publicações mais relevantes desde meados da década de 1990 refletem o seu esforço em compreender as origens e a dinâmica do sistema mundial contemporâneo. Seus questionamentos a respeito das interações entre os Estados (e também suas economias) nacionais, a hierarquia entre estas nações e a forma como se estabelecem os vínculos de poder culminam em uma interpretação, que parte de uma concepção teórica de longo prazo, a respeito do sistema interestatal capitalista e seus elementos constituintes que se diferencia das demais interpretações.

Nestas principais publicações - *Globalização, hegemonia e império* (publicado em 1997 no livro *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*); *De volta à questão da riqueza de algumas nações e Estados, moedas e desenvolvimento* (publicados em 1999 no livro *Estados e moedas*); *Lições que vem da Ásia* (publicado em 2001 no livro *O Brasil no espaço*); *Depois da retomada da hegemonia e Sistema mundial: império e pauperização - Para retomar o pensamento crítico latino-americano* (publicados em 2001 no livro *Polarização mundial e crescimento*); *Formação, expansão e limites do Poder Global e poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites* (publicados em 2004 no livro *O poder americano*); o *Prefácio* do livro *O poder global* (publicado em 2007); *Olhando para a esquerda latino-americana* (publicado em 1997 no livro *Globalização, Estado e desenvolvimento - Dilemas do Brasil no novo milênio*) e *O sistema inter-estatal capitalista no início do século XXI* (publicado em 2008 no livro *O mito do colapso do poder americano*) - Fiori expõe o arcabouço teórico e instrumental analítico (cujo principal elemento reside na questão do poder) que constituem a sua análise acerca das transformações do capitalismo contemporâneo, resultantes do poder americano (poder hegemônico) e do capital financeiro global, e de suas conseqüências sociais (em especial para as áreas periféricas).

Através da análise destas obras, buscou-se evidenciar e agregar as peças que compõem o seu instrumental teórico e analítico. Para isto, foram apresentados os principais argumentos

que fundamentam a concepção do autor a respeito da questão básica da Economia Política Internacional: “Como se estruturam e desenvolvem as articulações entre as esferas políticas e as esferas econômicas?”.

Através da apresentação de alguns elementos que constituem as concepções mais tradicionais no campo da Economia Política Internacional, da crítica de Fiori a estas e da síntese da abordagem do autor, foi possível explicitar os principais elementos que tornam a visão de José Luís Fiori uma visão crítica e diferenciada em comparação com as demais dentro deste campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. *O longo século XX*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1995.

BENETTI, C. *Valor excedente e moeda*, Rio de Janeiro: IE/UFRJ. (Texto para Discussão N° 118), Rio de Janeiro, 1987.

BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Editora Victor, [1917] 1984.

CARDOSO DE MELLO, J. M. Prólogo. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 15 – 24.

CRANE, G. T. e AMAWI, A. (orgs.). *The theoretical evolution of international political economy*. New York: Oxford University Press, 1997.

COHEN, B. J. *International Political Economy. An Intellectual History*. Princeton: Princeton University, 2008.

FIORI, J. L. *O vôo da coruja – Uma releitura não liberal da crise do Estado Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

_____. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 87 – 147.

_____. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 11 – 46.

_____. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 49 – 85.

_____. Lições que vêm da Ásia. In: FIORI, J. L. *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001

_____. Introdução: Depois da retomada da hegemonia. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (orgs.) *A. Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 9 – 35.

_____. Sistema mundial: império e pauperização: Para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (orgs.) *A. Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 39 – 75.

_____. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI J. L. (org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 11 – 64.

_____. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI J. L. (org.) *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 67 – 110.

_____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. O Sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A.; SERRANO, R. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008, p. 11 – 70.

_____. *Um universo em expansão: o poder, o capital e as guerras*. *Jornal de Resenhas* nº 5, 2009. Disponível em

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16156

Acessado em 3 de novembro de 2009.

GILPIN, R. *The Political Economy of International Relations*, Princeton: Princeton University Press, 1987.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, [1944] 2000.

STRANGE, Susan. Economics and international relations: a case of mutual neglect. In: *International affairs 1944-*, vol. 46, no 2, 1970, p. 304 – 315.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (org.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 27 – 53.

TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

TAVARES, M. C & MELIN, L. E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 55 – 84.

WALLERSTEIN, I. *World system analysis: an introduction*, Durham: Duke University Press, 2005.